







Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Concurso Público - PFN/2015 (Edital ESAF n. 34, de 3/7/15)

	(Edital ESAF n. 34, de 3/7/15)
Cargo:	PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
Nome do Candidato	o:
	Prova Discursiva III
	DOMINGO - TARDE

INSTRUÇÕES

1.	Esta prova tem a duração de 5 (cinco) horas e está assim constituída: » Elaboração de 1 (uma) Dissertação , com no máximo 150 (cento e cinquenta) linhas; » Resposta a 3 (três) questões discursivas , com no máximo 30 (trinta) linhas cada.
2.	Este caderno contém as questões da prova, bem como folhas próprias para rascunho das respostas.
3.	Os textos definitivos deverão ser escritos nas respecitvas Folhas de Respostas, que serão os únicos documentos válidos para correção de sua prova. As folhas de rascunho são de preenchimento facultativo e não serão válidas para correção das respostas.
4.	Use letra legível, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente.
5.	Identifique-se na capa deste caderno de questões. Confira os seus dados e assine no cabeçalho da folha de respostas.
6.	Os textos definitivos de suas respostas não poderão ser rubricados nem conter marcas ou sinais identificadores.
7.	Procure ser claro, conciso e preciso, de modo que seu trabalho possa ser concluído no tempo previsto.
8.	Ao final de sua prova, devolva todo o material recebido ao Fiscal de Sala.

PROVA DISCURSIVA III

DISSERTAÇÃO

Com relação ao Direito da Seguridade Social e as contribuições da empresa para o custeio dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, elabore dissertação intitulada "O financiamento empresarial da previdência social à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros", abordando e respondendo as indagações formuladas nos tópicos abaixo:

- 1) Explique de forma sucinta quem contribui para o regime geral de previdência social, destacando a natureza jurídica da contribuição previdenciária segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e enumerando as hipóteses de incidência da contribuição da empresa;
- 2) Ao detalhar a contribuição incidente sobre a remuneração de empregados e avulsos e a contribuição incidente sobre as remunerações de contribuintes individuais, faça a distinção entre elas (semelhanças e diferenças). Além disso, destaque se a Justiça do Trabalho é competente para execução destas contribuições previdenciárias em sentenças condenatórias e declaratórias;
- 3) No que se refere ao adicional das instituições financeiras, qual o posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação ao princípio da isonomia tributária;
- 4) Posicione-se a favor ou contra a desoneração da incidência da contribuição sobre a folha de pagamento por meio do incremento da receita do COFINS;
- 5) Com relação à contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho SAT, analise o posicionamento do STF e do STJ com relação a constitucionalidade do regulamento complementar no que se refere ao conceito de atividade preponderante e do grau de risco não previstos na lei. Bem como mencione súmula sobre como deve ser o enquadramento do SAT para todos os estabelecimentos da mesma empresa, esclarecendo o que ocorre se uma empresa com um único CNPJ tiver dois estabelecimentos: um com risco grave com 30 empregados e outro com risco leve com 20 empregados.

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	Áraa nara
13	Area para
14	
15	rascunho
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	Araa nara
43	Area para
44	
45	rascunno
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	Áraa para
73	Area para
74	
75	rascunno
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	Áraa nara
103	Alea para
104	
105	rascunno
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	Á-rea-para
133	Alta pala
134	
135	rascunno
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Área para
Area para
rascunho

Á
Área para
7 11 3 41 4 41 41
rascunho

DISCURSIVA III

QUESTÃO 1

Tendo em vista o Direito Penal e Processual Penal vigente e a legislação sobre os crimes contra a ordem tributária, analise a situação-problema abaixo à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Cleonice, domiciliada no município de São Paulo, fornece ao Estado de Tocantins declaração falsa de endereço domiciliar com o objetivo de enganar o fisco para pagamento, a menor, de IPVA em outro estado da federação. Assim, emplaca e paga o IPVA menor no município de Palmas, apesar de ser domiciliada na cidade de São Paulo.

De forma fundamentada e sucinta, analise as indagações abaixo, considerando que nesta situação houve a frustração do recolhimento do tributo no estado de origem:

- 1) Cleonice cometeu em tese alguma infração delituosa? Qual ou Quais?
- 2) Considerando que tenha havido crime, qual o juízo competente para processá-lo?

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	Áree-bere
13	Area para
14	
15	rascunno
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Área para
rascunho

DISCURSIVA III

QUESTÃO 2

Discorra sobre a responsabilidade da Administração Pública (na condição de tomadora de serviço) pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas da empresa contratada para prestar serviços terceirizados, abordando necessariamente os seguintes temas:

- a) responsabilidade solidária x responsabilidade subsidiária;
- b) tipos de atividade passíveis de terceirização e aquelas nas quais a terceirização é vedada;
- c) eventual formação de vínculo empregatício entre o empregado da empresa contratada e a Administração Pública;
- d) possíveis precauções que podem ser tomadas quando de eventual licitação para mitigar a responsabilidade da Administração Pública.

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	Área pere
13	Alea pala
14	
15	rascunho
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Área para
Area para
rascunho

DISCURSIVA III

QUESTÃO 3

O § 7.º do art. 195 da Constituição dispõe que "São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei."

- 1) A "lei" a que se refere o dispositivo é ordinária ou complementar?
- 2) Medida provisória poderia dispor sobre as exigências em causa?

Justifique ambas as respostas na forma do Direito brasileiro vigente conforme compreendido pela jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

A primeira resposta – necessariamente – também deverá tomar em consideração o inciso II do art. 146 da Constituição ("Cabe à lei complementar: [...] regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;") inclusive para, se for o caso, distinguir ou não, de modo fundamentado, a imunidade a que se refere esse dispositivo e a isenção a que se refere o § 7.º do art. 195 da Constituição.

	As linhas numeradas correspondem ao máximo estabelecido no Edital regulador do certame.
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	Áree-bere
13	Area para
14	
15	rascunho
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Área para
Alea para
rascunho

